

Educação Ambiental e Responsabilidade Social: transformação ou reprodução da realidade socioambiental?

LAMOSAS, Rodrigo A. C. - rodrigo1281@yahoo.com.br
LOUREIRO, Carlos Frederico B. - floureiro@openlink.com.br
KAPLAN, Leonardo - leonardokaplan@gmail.com
SERRÃO, Mônica Armond - monarmond@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho analisa criticamente o discurso empresarial sobre responsabilidade social, evidenciando que este princípio atende à sociabilidade da proposta política da "Terceira Via", tendo na educação ambiental, em particular, um importante instrumento de promoção de seu ideário de sustentabilidade, baseado no esvaziamento das políticas e institucionalidades públicas, desconsiderando os conflitos e a luta de classes. Inicia-se com a explicação teórica da "Terceira Via", avança com a análise crítica de discurso do Instituto Ethos, da norma ABNT NBR ISO 26000 e de documentos do BNDES sobre responsabilidade social, para, em seguida, evidenciar como essa lógica se aplica em projetos de educação ambiental em escolas de Teresópolis/RJ. Por fim, afirma-se que com este tipo de ideário e prática, a sociabilidade da "Terceira Via" não traz contribuições aos processos de transformação social, reproduzindo relações sociais expropriadoras e destrutivas do trabalho e da natureza, sob a égide liberal e o domínio do capital.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica – Análise Crítica do Discurso – Responsabilidade Social

Abstract: This paper analyzes critically the discourse on corporate social responsibility, showing that this principle serves the sociability of the proposed policy of "Third Way" which takes on environmental education, in particular, an important instrument to promote its ideas of sustainability, based on emptying institutionalities public policies and, disregarding the conflicts and class struggle. It begins with a theoretical explanation of the "Third Way", advances the critical discourse analysis of the Ethos Institute, ABNT NBR ISO 26000 and papers on social responsibility of the BNDES, to then show how this logic applies to projects environmental education in schools Teresópolis / RJ. Finally, it is argued that with this kind of ideology and practice, the sociability of the "Third Way" brings no contribution to social transformation processes, reproducing social relations expropriating and destructive of the work and the nature under the aegis of the liberal and the domain capital.

Keywords: Critical Environmental Education – Critical Discourse Analysis – Social Responsibility

1. Introdução

A proposta do presente trabalho é fazer uma análise do discurso empresarial sobre Responsabilidade Social (RS) e Desenvolvimento Sustentável, conceitos que vêm sendo utilizados amplamente por este setor da sociedade. Busca-se demonstrar que a utilização desses princípios está associada à reprodução e à ampliação da sociabilidade do projeto político da “Terceira Via”. Pretende-se assim, explicitar os sentidos e intencionalidades que permeiam a utilização desses conceitos nos projetos de cunho socioambiental, mais especificamente, os de educação ambiental, promovidos pelo setor empresarial no país.

A partir do quadro teórico e metodológico fornecido pela Análise Crítica do Discurso (ACD), é possível estudar aspectos da relação dialética entre discurso e estrutura social, especialmente, na perspectiva de compreender os discursos como partes indissociáveis das mudanças sociais sem, no entanto, reduzir a realidade aos discursos. As mudanças sociais não podem ser entendidas apenas a partir das alterações discursivas, mas para compreendê-las esta dimensão discursiva é importante, visto que a linguagem é constitutiva das mediações sociais e de nossa compreensão de mundo. Há, portanto, uma relação dialética entre discursos e outros elementos das práticas sociais (Fairclough, 2010). Partindo disto, teorias sociais críticas e estudos críticos da linguagem são incorporados nesse referencial teórico-metodológico, oferecendo condições de análise de aspectos linguísticos (vocabulário, aspectos gramaticais, semânticos, sintáticos e pragmáticos) e sociais *dos* e *nos* textos.

Para atingir os objetivos aqui propostos, o discurso empresarial será analisado a partir da análise de documentos encontrados em sítios de Instituições especialmente criadas para orientar e incentivar as políticas empresariais de RS, como o Instituto Ethos e o GIFE, além da Norma Técnica ABNT NBR ISO 26000: *Diretrizes sobre Responsabilidade Social*, lançada em 2010. Da mesma forma, será analisado o discurso do setor estatal, a partir das diretrizes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental, o BNDES, a respeito da Responsabilidade Social, comparando-as com aquelas postuladas pelo mercado.

Para tanto, na parte inicial do trabalho, será apresentado o contexto político e econômico no qual foi construída a proposta da RS, deixando clara a sua relação e seu papel com o ideário da “Terceira Via”. Em um segundo momento, é feita a análise crítica do discurso dos documentos elaborados, divulgados e adotados como norteadores pelo setor empresarial, no que diz respeito a programas e políticas de RS, com ênfase na área socioambiental e educacional. Na terceira parte do trabalho é apresentada a ênfase que as políticas sociais das empresas vêm dando a ações educativas de diferentes naturezas, incluindo a educação ambiental, demonstrando o papel que vem sendo exercido pelas instituições de ensino como aparelhos de reprodução dessa nova sociabilidade. Exemplos de escolas públicas que desenvolvem projetos de EA patrocinados por empresas comprovam essa afirmação.

2. A “Terceira Via”: uma proposta de reorganização da sociabilidade das classes dominantes

A crise do padrão de acumulação, ocorrida a partir da década de 1970, exigiu das frações da classe dominante uma redefinição nas estratégias políticas, visando à obtenção da hegemonia. Os esforços para a consolidação de um programa que orientasse e dirigisse a classe burguesa resultaram em uma série de insucessos, durante o período de implantação das propostas “neoliberais ortodoxas”, até a formulação do programa conhecido como “Terceira Via”.

O programa da “Terceira Via” está sistematizado de modo exemplar na

produção acadêmica de Anthony Giddens¹. Quando escreveu *Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical*, em 1994, a tendência liderada por Tony Blair, Anthony Giddens e David Miliband fundava o movimento do Novo Trabalhismo, conhecido posteriormente como “Terceira Via”. A *Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia* foi editada após a primeira reunião realizada em 1998, em Washington, entre os novos trabalhistas ingleses e os novos democratas estadunidenses. A obra mais recentemente editada no Brasil foi *A Política da Mudança Climática*, onde se depara com os problemas climáticos e defende como solução o empreendedorismo verde visando tornar viáveis os negócios sustentáveis.

A estratégia proposta no programa da “Terceira Via” encontrou conjuntura favorável desde a década de 1990, mobilizando intelectuais, empresários e políticos em diversos países, originando-se da mobilização das frações da classe dominante e de seus intelectuais, diante da necessidade de redefinir as estratégias para legitimar a sociabilidade burguesa. O seu programa propõe que:

[...] o grande desafio dos socialistas modernos é governar o capitalismo de forma mais competente que os capitalistas. Alguma forma de socialismo de mercado poderá ser alcançada no futuro. Agora, porém, quando a Nova Esquerda disputa eleições e assume os governos, ela não o faz para transformar o país em socialista em um breve espaço de tempo – essa ilusão voluntarista está descartada -, mas para aprofundar a democracia e promover uma maior igualdade de oportunidade, lograr melhores taxas de desenvolvimento econômico do que os partidos conservadores (Giddens, 1999:13).

A “Nova Esquerda”, citada por Giddens, é outro termo que serve para designar a “Terceira Via”. Este movimento teve origem no interior do Partido Democrata, nos Estados Unidos, e no Partido Trabalhista, na Inglaterra. Nos Estados Unidos, o programa da “Terceira Via” ajudou a orientar a administração do presidente Bill Clinton, eleito em 1992, e seus investimentos na disciplina fiscal, a reforma da saúde, o investimento em educação e treinamento, planos de obras sociais, programa de renovação urbana e uma posição firme em relação ao crime e às punições.

A revisão das políticas neoliberais no quadro político dos Estados Unidos teve repercussão na atuação dos organismos internacionais. Em 1992, o Banco Mundial (BM), por meio do relatório assinado pelo vice-presidente Willi Wapenhans, passou a divulgar os princípios que mais tarde seriam sistematizados no programa da “Terceira Via”. Esta redefinição das políticas do BM teve impacto direto na relação do organismo com os países. Neste caso, este importante intelectual coletivo, representante das frações dominantes das principais nações imperialistas, cumpriu importante papel educador na formulação do novo padrão de sociabilidade. Neste período, o BM determinou que empréstimos aos governos fossem feitos somente nos casos que “[...] fossem implementadas políticas que tomassem como referência o preceito das ‘parcerias’ entre aparelho de Estado e organizações da sociedade civil” (Martins, 2009:61-62).

A “Terceira Via” parte do princípio de que a “sociedade civil”, como a que existia no passado já não existiria mais. Os conflitos entre as classes sociais que estruturaram o capitalismo em um determinado período da história teriam sido “produto de arranjos sociais que não mais existem” (Giddens, 1996:114). Afinal, o

¹ Anthony Giddens é britânico, sociólogo, reitor da London School Of Economics e um dos principais articuladores do Novo Trabalhismo inglês e da Cúpula da Governança Progressiva.

trabalho como visto anteriormente, não seria mais central nesta sociedade. No novo padrão de sociabilidade, o Estado deveria ser capaz de produzir a “renovação das solidariedades danificadas” pela antiga luta de classes.

Assim, os conceitos “classe social”, “conflito” e “exploração”, seriam substituídos, segundo os teóricos da “Terceira Via”, por conceitos como “responsabilidade social”, “colaboracionismo” e “voluntariado”. Entendendo que as empresas, sobretudo as corporações industriais, são, com frequência, as principais fontes de poluição, Giddens propõe que

[...] os democratas modernizadores deveriam sempre que possível procurar trabalhar com as empresas em vez de contra elas. Os grupos e organizações empresariais devem ser ativamente recrutados para ajudar a criar uma sociedade, tanto no nível local como mundial, em que tenham um papel responsável (Giddens, 2001:144).

3. A sociabilidade da “Terceira Via” e o papel da responsabilidade social

A perspectiva da responsabilidade das empresas é defendida pelos teóricos da “Terceira Via” como fundamental no novo padrão de sociabilidade das empresas. Segundo Giddens, o governo deve “garantir que a responsabilidade corporativa dê peso total à responsabilidade ecológica, nos vários significados que este termo carrega” (Giddens, 2001:148). A responsabilidade social e ecológica passou a fazer parte da estratégia política de diversas empresas, podendo afetar nos seguros de seus empreendimentos, na administração, em suas vendas e na relação com os consumidores.

Segundo Giddens, o mundo do início do século XXI é caracterizado pelas incertezas. O aquecimento global é um dos exemplos citados pelo intelectual da “Terceira Via”. O debate sobre este tema divide os especialistas e, segundo Giddens, é um exemplo de fenômeno em que suas consequências são difíceis de serem avaliadas. Diante das novas incertezas do mundo contemporâneo, “não se pode lidar com elas com remédios antiquados” (Giddens, 1996:12), por isto os receituários do liberalismo clássico ou os programas socialistas não dariam conta da atual realidade. O programa da “Terceira Via” seria, segundo seu principal sistematizador, aquele que melhor responde às necessidades da realidade das incertezas.

As experiências neoliberais e da “Terceira Via” que viabilizam a formação de um novo padrão de sociabilidade do capital no Brasil não foram resultados apenas da imposição externa. As propostas de ajuste estrutural que orientaram a reforma do Estado brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1990, foram realizadas de acordo com os preceitos das organizações financeiras internacionais, mas operadas por frações burguesas locais. A legitimação do projeto neoliberal foi produzida através da ação dos aparelhos privados de hegemonia como, por exemplo, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS).

Os primeiros sinais da aproximação de certos setores do empresariado brasileiro do programa da “Terceira Via” foram as mudanças nas formas de mobilização e organização política deste segmento e a difusão dos novos parâmetros internacionais de cidadania, de participação e de sociedade civil nos anos 1990. Neste período, uma grande mobilização do empresariado brasileiro se intensificou, com o objetivo de organizar a atuação de seus aparelhos privados de hegemonia. O GIFE foi criado em 1995, reunindo empresários que já debatiam filantropia empresarial, desde 1989, na Câmara Americana de Comércio. Em 2002, o GIFE era composto por trinta e duas fundações, vinte e sete institutos e dez empresas, todas ligadas ao grande capital nacional e estrangeiro.

O trabalho de educação política, iniciado no GIFE, foi aprimorado com a criação do Instituto Ethos, em 1998. A partir deste novo aparelho de hegemonia, a responsabilidade social se tornou uma ideologia que reúne ideias, experiências e propostas dentro de uma única concepção que visa organizar e impulsionar a classe empresarial na busca de determinados objetivos político-ideológicos. (Martins, 2009) Organizações como o GIFE e Ethos desenvolveram uma grande estratégia política visando organizar a classe dominante e mobilizar toda sociedade em torno dos preceitos ideológicos da responsabilidade social. O fortalecimento destes aparelhos se deveu ao acerto da estratégia, sobretudo, nos aspectos relativos à formação de seus dirigentes, à propaganda e mobilização das frações dominantes, e à viabilização financeira que sustentou suas ações.

O Ethos se fortaleceu, a partir de 2000, quando passou a receber o financiamento da Fundação Ford e estruturou sua inserção entre os meios de comunicação. Por meio de cursos de capacitação sobre a responsabilidade social, o Instituto mobilizou cento e doze jornalistas, além de ter mantido contatos permanentes com outros 400 jornalistas, como mostram os Relatórios de Atividades (2000) e (2001) do Ethos. Em 2011, estão associadas ao Instituto, 1360 empresas localizadas em todos os estados da federação, com exceção do estado de Roraima².

A mobilização de parceiros foi expandida quando o Instituto Ethos acertou acordos com diversos organismos da classe dominante brasileira (Confederação Nacional das Indústrias, SESI, FEBRABAN, GIFE). A parceria entre o GIFE, primeira organização empresarial atuante na difusão do novo padrão de sociabilidade, e o Instituto Ethos não ocorreu sem tensões. Entre estes dois aparelhos existiu, nos primeiros momentos, a disputa pelos associados e pelo papel de direção que melhor representaria os empresários diante dos desafios.

Estas tensões entre os dois aparelhos empresariais permaneceram até o ano 2000, quando o “Instituto Ethos foi convidado a se integrar como ‘parceiro institucional’ do GIFE, como consta no Relatório de Atividades desta organização” (Martins, 2009:163). A formação desta parceria integrou setores importantes do empresariado brasileiro na ideologia da responsabilidade social. Esta adesão foi importante para que o SESI, em 2000, viesse a incorporar esta mesma ideologia. O Plano Estratégico do SESI para o quinquênio 2000-2005 estabeleceu como prioridade difundir entre as empresas o ideário do novo padrão de sociabilidade do capital.

Em 2005, as principais frações do capital, incluindo as empresas associadas aos institutos analisados, realizaram o congresso intitulado “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”. Este congresso foi organizado por três organizações empresariais: Instituto Gerdau e as Fundações *Jacobs e Coleman*, ambas com sede na Suíça. O congresso resultou na mobilização de empresários em torno do projeto *Compromisso Todos Pela Educação*. Os empresários presentes saíram do evento “[...] com metas, estratégia, cronograma e uma significativa mobilização para iniciar a construção de um pacto nacional em defesa da educação brasileira” (Martins, 2010:10). O campo discursivo produzido pelo empresariado, na aparência, desconsidera o capitalismo, as classes sociais, a exploração, o bloco de poder e o padrão de acumulação do capital. A partir deste, os empresários mobilizam “indivíduos e organizações de caráter neofilantrópico que manejam a educação de modo que ela naturalize as profundas desigualdades de classe e o desemprego estrutural, a expropriação e a

² Informações disponíveis no site <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>, acesso em 12 de julho de 2010, às 14:15 h.

hiperexploração” (Leher, 2010).

4. A análise do discurso empresarial sobre o novo contexto econômico e a responsabilidade social das empresas

A fim de dar concretude ao que foi acima exposto com relação ao papel da RS na reprodução do ideário da sociabilidade da “Terceira Via”, serão analisados, a seguir, trechos de dois materiais: o sítio do Instituto Ethos e a Norma Técnica ABNT NBR ISO 26000, que contém as diretrizes sobre a responsabilidade social das organizações.

Inicialmente, cabem algumas considerações sobre questões teóricas e metodológicas da Análise Crítica do Discurso. Norman Fairclough (2001) formulou um quadro tridimensional de análise que compreende as dimensões dos textos, das práticas discursivas e das práticas sociais. A análise textual incorpora o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual. Para a análise das práticas discursivas são investigadas a força dos enunciados (tipos de atos de fala que eles constituem), a coerência (partes constituintes do texto relacionadas com um sentido) e a intertextualidade dos textos (diálogos com outros textos). Juntas, estas sete categorias, constituem o quadro de análise dos textos, o que abrange aspectos da sua produção e interpretação, além de suas propriedades formais. Com relação à análise da prática social, os conceitos centrais que este autor se utiliza são os de ideologia e hegemonia, que permitem compreender os discursos inseridos nas relações de poder. É central compreendermos como os discursos, enquanto elementos das práticas sociais³, contribuem para alcançar e manter a dominação ou a hegemonia de determinadas estratégias e práticas, as forças sociais que defendem seus interesses e a quais interesses servem (Fairclough, 2006:15).

4.1. O Instituto Ethos

De acordo com o Instituto Ethos, o novo cenário econômico mundial, forçou a inserção das empresas em um mercado altamente competitivo, em escala planetária. Com isso, elas se viram compelidas a mudar radicalmente suas estratégias de negócio e padrões gerenciais para que pudessem aproveitar as oportunidades que surgiram com a ampliação de mercados potenciais e com as novas demandas da sociedade. Segundo o Instituto, a era da informação provocou profundas mudanças na organização social, permanecendo no campo da idealização de uma informação vagamente compartilhada por todos, desconsiderando-se a existência de classes sociais.

Com isso, esquece-se que

a “sociedade do conhecimento” é uma sociedade de classes, economicamente regulada pela lei do valor e socialmente assentada na extração da mais-valia. Por esta razão, os parâmetros que regem o manejo, distribuição e conhecimento (ou desconhecimento) da informação são comuns às regras dominantes em qualquer outra atividade social. Usualmente, os teóricos da sociedade da informação partem de uma definição lata do termo, que dá lugar a uma quantificação irreal das atividades informativas (Katz, 1996:73 *apud* Lima e Martins, 2005:50).

Seguindo esta linha de pensamento ideologicamente orientada, “alteram-se os papéis dos Estados nacionais, das empresas e das pessoas. Redefine-se a noção de

³ Articulados a outros elementos constituintes das práticas sociais, tais como as atividades, os sujeitos e suas relações sociais, os instrumentos, os objetos, o tempo e o lugar, as formas de consciência e os valores (Fairclough, 2010, p. 225).

cidadania e constituem-se modalidades inovadoras de direitos coletivos”⁴. Mesmo partindo de críticas ao Estado, sobretudo ao Estado de Bem-Estar Social, o qual teria se tornado ultrapassado e ineficiente, este projeto político não “abre mão” dele. Os Estados nacionais continuam como agentes importantes tanto no plano internacional quanto no próprio ordenamento interno de cada uma das formações sociais concretas, pois “controlam territórios, enquanto as empresas não o fazem; eles podem legitimamente controlar a força militar, individual ou coletiva; eles são responsáveis, de novo, tanto no nível individual quanto no coletivo, pela manutenção do aparato legal” (Giddens, 2001b:125 *apud* Lima e Martins, 2005:51). Melhorar a governabilidade é tido como estratégia essencial. Esta é pensada como algo capaz de sintonizar as ações do “novo Estado democrático” com os organismos da sociedade civil. E “(...) Agências que ou não são parte de nenhum governo – ONGs – ou são de caráter transnacional, contribuem para a governação” (Giddens, 2001b:42-43 *apud* Lima e Martins, 2005:51). Governabilidade aqui significa a articulação entre a esfera estatal e a esfera privada (base e fundamentação do conceito de público não-estatal) em âmbito nacional e internacional em uma única direção (Lima e Martins, *op. cit.*).

Na relação entre o Estado e a sociedade civil, é fundamental que a construção do “novo Estado democrático” implique também a renovação e o reordenamento da sociedade civil e “o governo pode e deve desempenhar um importante papel na renovação da cultura cívica” da sociedade civil (Giddens, 2001a:89 *apud* Lima e Martins, *op. cit.*), isto é, dirigir a sociedade civil a partir de certas diretrizes. Este processo exigiria: a disposição da sociedade civil trabalhar em parceria com o Estado; o incentivo à auto-organização por grupos de interesses; o incentivo ao potencial das comunidades na resolução de seus próprios problemas; um pacto social para a solução pacífica dos conflitos (Giddens, 2001a *apud* Lima e Martins, 2005:51-52).

Isso tudo é capaz de preservar princípios muito caros ao liberalismo: a defesa da liberdade individual, o Estado como instância acima e imune aos conflitos de classes, a economia livre de um controle rígido e a naturalização das desigualdades. São esses os pressupostos políticos que nortearão seus princípios e suas estratégias de ação política (Lima e Martins, 2005:52). Assim, o enorme crescimento do terceiro setor é valorizado pelo setor empresarial como uma “verdadeira *revolução cívica*, que o mundo da Internet e das comunicações vem potencializar”. Com isso, as empresas vêm enfrentando o desafio de conquistar “níveis cada vez maiores de competitividade e produtividade”, o que introduz uma crescente preocupação “com a *legitimidade social* de sua atuação” (Ethos, 2011, grifos nossos).

Sendo a responsabilidade social e a preocupação com os problemas ambientais estratégicos na conformação deste novo padrão de sociabilidade, as empresas passaram a investir em qualidade, “num aprendizado dinâmico” voltado, inicialmente, para os produtos, evoluindo posteriormente para a abordagem dos processos, até chegar às relações envolvidas na atividade empresarial, “com os empregados, os fornecedores, os consumidores e clientes, a comunidade, a sociedade e o meio ambiente” (Ethos, 2011).

A gestão empresarial que tenha como referência apenas os interesses dos acionistas (shareholders) revela-se insuficiente no novo contexto. Ele requer uma gestão balizada pelos interesses e contribuições de um conjunto maior de partes interessadas (stakeholders). A busca de excelência pelas empresas passa a ter como objetivos a qualidade nas relações e a sustentabilidade econômica, social e ambiental (Ethos, 2011).

⁴ Informações disponíveis no sítio www.ethos.org, consultado em 28/04/11, às 17:40

Na medida em que as temáticas sociais e ambientais têm entrado nas agendas internacionais e dos governos nas últimas décadas, as empresas também passaram a se apropriar de tais questões, sobretudo, para atrair mais investimentos, melhorar sua imagem junto aos seus clientes e consumidores, em suma, para aumentar suas taxas de produtividade e lucro, intensificando a extração da mais-valia.

4.2. A Norma Técnica ABNT NBR ISO 26000: Diretrizes sobre Responsabilidade Social

Com relação ao processo de produção das *Diretrizes sobre responsabilidade social*, logo em seu prefácio, é dito que o material foi elaborado.

por meio de um processo *multi-partite* que envolveu especialistas de mais de 90 países e 40 organizações internacionais ou com ampla atuação regional envolvidas em diferentes aspectos da responsabilidade social (...) [oriundos] de seis diferentes grupos de partes interessadas: consumidores; governo; indústria; trabalhadores; organizações não governamentais (ONG); serviços, suporte, pesquisa, academia e outros. (...) buscou-se um equilíbrio entre países em desenvolvimento e desenvolvidos (...) na elaboração dos grupos. Apesar de todos os esforços feitos para assegurar uma participação equilibrada de todos os grupos de partes interessadas, um equilíbrio total e equitativo (...) foi limitado por diversos fatores, inclusive a disponibilidade de recursos e a necessidade de conhecimento do idioma inglês (ABNT, 2011:v).

Nota-se uma clara intenção de passar uma imagem de processo democrático, participativo e transparente. Mas, no próprio trecho, assume-se que isto não foi possível por conta de carência de recursos econômicos e de barreira linguística. Nestas circunstâncias, participa quem tem condições econômicas e interesses diretamente ligados à questão da responsabilidade social. Chama a atenção não terem sido mencionadas as instituições e entidades participantes, nem os percentuais de cada uma das “partes interessadas”. Da mesma forma, não há menção sobre onde se possa encontrar sistematizações dos debates e alterações que levaram a este documento final. Quais teriam sido as contribuições, por exemplo, dos trabalhadores?

Desta forma, cabe ao leitor confiar, ou não, na veracidade das informações. Em relação à participação brasileira, segundo informações do sítio do Instituto Ethos⁵, em 2002, quando se cogitou desenvolver estas normas, o Instituto Ecofuturo figurava entre os primeiros oito componentes; em 2004, representantes da Suzano Papel e Celulose e da ABNT ocuparam os cargos de presidente e co-secretário do grupo composto com o organismo normatizador sueco, SIS, na liderança do Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da ISO. Atualmente, o Brasil conta com a seguinte composição em seu “comitê-espelho”, articulado pela ABNT, a partir de experiências positivas na área de engajamento de *stakeholders* (“partes interessadas”): Petrobrás e FURNAS, na categoria empresas; INMETRO e CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), na categoria governo; GAO, na categoria ONGs; Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), na categoria consumidores; Dieese e IOS (Instituto da Oportunidade Social), na categoria trabalhadores; Fundação Vanzolini e UFF, na categoria de serviços, suporte, pesquisa e outros. Por esta composição, é possível ter clareza de *a quem* e *a quem* serve estas normas. Na categoria trabalhadores, sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais e demais formas de organização da classe trabalhadora são substituídas por outras mais adequadas, compatíveis e interessadas, que “falam em

⁵ <http://www.ethos.org.br/ISO26000/> Acesso em 22 de abril de 2011. Os nomes das pessoas físicas representantes das organizações foram suprimidos, mas encontram-se disponíveis no *site*.

nome” dos trabalhadores, corroborando com o processo dito democrático. Ainda sim, falta o acesso às contribuições dos representantes de cada categoria para entender melhor o que está em jogo nesse processo.

Quanto à estrutura do material, logo após o prefácio nacional e a introdução, seguem-se sete seções: (1) escopo; (2) termos e definições; (3) compreensão da responsabilidade social; (4) princípios da responsabilidade social; (5) reconhecimento da responsabilidade social e engajamento das partes interessadas; (6) orientações sobre temas centrais da responsabilidade social; (7) orientações sobre a integração da responsabilidade social por toda a organização.

Partindo-se de uma não dissociação entre a forma e o conteúdo do texto (Fairclough, 2001), é possível identificar, de forma bastante evidente, a lógica gerencial e mercantil do documento em questão. Seja na estrutura, adequada aos objetivos do material, seja no vocabulário empregado, a comodificação, isto é, o processo de colonização de discursos pelo discurso relacionado à produção de mercadorias, *commodities* (ibidem, p. 255), é uma tendência discursiva explícita aqui. Exemplos não faltam. Logo no começo da introdução, fala-se dos benefícios e vantagens do “comportamento socialmente responsável” (ABNT, 2011:vii) para as organizações (leia-se: empresas e organizações do terceiro setor), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável. O desempenho em responsabilidade social da organização pode influenciar alguns fatores elencados no documento:

sua vantagem competitiva; sua reputação; sua capacidade de atrair e manter trabalhadores e/ou conselheiros, sócios e acionistas, clientes ou usuários; a manutenção da moral, do compromisso e da produtividade dos empregados; a percepção de investidores, proprietários, doadores, patrocinadores e da comunidade financeira; sua relação com empresas, governos, mídia, fornecedores, organizações pares, clientes e a comunidade em que opera (ibidem).

É nítida a preocupação com a melhoria das condições competitivas da organização dentro do mercado, indo desde a imagem, até a capacidade de obter financiamentos e o aumento da produtividade para gerar mais lucro aos seus proprietários.

Com relação ao papel do Estado, o documento é claro:

Esta Norma não pode substituir, alterar ou, de qualquer forma, mudar a obrigação do Estado de agir em nome do interesse público. (...) Pelo fato de somente o Estado ter o poder de criar leis e aplicá-las, ele é diferente das organizações. (...) O funcionamento adequado do Estado é indispensável para o desenvolvimento sustentável. O papel do Estado é essencial para assegurar a aplicação efetiva de leis e regulamentos de forma a promover uma cultura de cumprimento às leis. Organizações governamentais, como quaisquer outras organizações, podem usar esta Norma para informar suas políticas, decisões e atividades relacionadas aos aspectos da responsabilidade social. Os governos podem auxiliar as organizações em seus esforços para atuarem de forma socialmente responsável de muitas formas, como no reconhecimento e promoção da responsabilidade social. Entretanto, a responsabilidade social das organizações não é nem pode ser um substituto para o exercício efetivo dos deveres e responsabilidades do Estado (ABNT, 2011:10).

Além de não substituir o papel do Estado, esta Norma pretende complementá-lo. Dessa forma, é possível articular as dimensões coercitiva e educativa do Estado, tendo por base o conceito gramsciano de Estado ampliado ou integral, compreendendo a

sociedade política (todo o aparato das leis, forças armadas, burocracia, governos) intimamente relacionada à sociedade civil (os aparelhos privados de hegemonia, em especial aqui, as organizações empresariais e do terceiro setor). Estas duas dimensões, por meio da criação e aplicação dos dispositivos legais e da produção e disseminação ideológica de determinados valores éticos e consolidação de hegemonia, são indispensáveis na conformação do tipo de sociabilidade que se quer instituir, que compatibiliza as questões sociais e ambientais com o padrão de expansão e acumulação do capital.

Vale analisar agora alguns dos termos e conceitos definidos no material. Para iniciar, a responsabilidade social é definida como sendo a

responsabilidade de uma **organização** (...) pelos **impactos** (...) de suas decisões e atividades na sociedade e no **meio ambiente** (...), por meio de um **comportamento ético** (...) e transparente que [...] contribua para o **desenvolvimento sustentável** (...), inclusive a saúde e bem-estar da sociedade; leve em consideração as expectativas das **partes interessadas** (...); esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as **normas internacionais de comportamento** (...); e esteja integrada em toda a **organização** (...) e seja praticada em suas relações. NOTA 1 Atividades incluem produtos, serviços e processos. NOTA 2 Relações referem-se às atividades da organização dentro de sua **esfera de influência** (...) (ABNT, 2011:4, grifos do original).

A perspectiva de um “comportamento ético”, aqui explicitada, além de não discutir o modelo econômico que acarreta nos impactos sociais e ambientais dos empreendimentos, limita-se às dimensões individual, ética e técnica, não incorporando a questão política como inerente às relações sociais e entre sociedade e natureza. Assim, ao não tocar no cerne da questão, as desigualdades estruturais em uma sociedade organizada em classes, limita-se o debate às esferas do consumo, separando-o da produção e da distribuição, e da mitigação de impactos de um modelo econômico intrinsecamente insustentável ambientalmente.

Consonante com essa lógica, “meio ambiente” é compreendido como “arredores naturais em que uma organização opera, incluindo ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, pessoas, espaço sideral e suas inter-relações. Nesse contexto, arredores naturais estende-se do interior da organização até o sistema global” (ibidem, p. 2). Além da definição excluir os homens, mulheres e suas relações *na* e *com a* natureza, toma os elementos naturais (“recursos naturais”, outro exemplo da comodificação dos discursos) simultaneamente como espaço físico e como bens a serem apropriados pelas organizações sob a lógica privada-mercantil destas próprias.

Na mesma linha, a noção de “desenvolvimento sustentável” enquanto satisfação “[d]as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades” (ibidem, p. 4) coloca a questão em termos de “gerações” e de “expressar as expectativas mais amplas da sociedade como um todo”, buscando diluir e silenciar os conflitos e disputas existentes no presente por diferentes formas de apropriação do meio ambiente e entre conflitantes modos de vida, uns pautados pelo valor de uso (povos tradicionais, populações indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, etc), outros pelo valor de troca, os quais mercantilizam os recursos naturais.

Quando se analisa de forma mais apurada os documentos da ONU que propuseram a ideia do desenvolvimento sustentável (DS), encontra-se um conteúdo que não questiona as práticas econômicas capitalistas, ao contrário, as preserva, associando desenvolvimento a crescimento econômico e à expansão do mercado. Dessa forma, no

discurso oficial, o DS é pautado por princípios solidários, que buscam a compatibilidade entre preservação da natureza e justiça social. No entanto, isto não se sustenta do ponto de vista teórico, uma vez que “não há uma relação analítica consistente que indique a possibilidade de justiça social e ambiental no marco do modo de produção capitalista”. Dessa forma, o desejo de compatibilização baseia-se no plano moral e não no estrutural/cultural, isto é, as soluções para os problemas ambientais, nessa proposta, dependem unicamente “da superação individual de uma abstrata falta de capacidade de reconhecer o outro”.

A proposta de *desenvolvimento sustentável* baseia-se num discurso aparentemente não-ideológico e neutro, centrado em um *espírito* solidário, em uma noção de valores universalmente válidos que orientam a humanidade, e em soluções tecnológicas e gerenciais de um ambiente reificado.

Com relação aos “grupos vulneráveis”, os formuladores do documento da ABNT que apresenta as diretrizes sobre a responsabilidade social entendem que são um

grupo de indivíduos que compartilham uma ou várias características que são a base para *discriminação* ou *circunstâncias adversas* sociais, econômicas, culturais, políticas ou de saúde, e que os priva de meios para gozar seus direitos ou igualdade de oportunidades (ABNT, 2010: 5, grifos nossos).

A existência de grupos vulneráveis na sociedade é reconhecida no discurso da RS, porém, como se vê, ela não é tratada como uma questão estrutural ou essencialmente política (esta dimensão é uma das últimas a ser mencionada, aliás), mas, ao contrário, é considerada como uma forma de “discriminação” ou de circunstâncias sociais adversas. O discurso empresarial, em momento algum, apresenta os nexos causais entre o modo de produção econômico que estrutura a sociedade e a existência de grupos sociais discriminados e/ou em situação de vulnerabilidade. Aqui, novamente, as formulações levam o debate para o plano ético, individualizante, reforçando a intenção de um discurso pautado na solidariedade e na ética universal.

5. O discurso do Estado sobre a Responsabilidade Social

Com o objetivo de demonstrar que não há diferenças entre os discursos empresarial e estatal no que diz respeito à RS, será analisado a seguir, o discurso do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), banco público indutor do desenvolvimento econômico e socioambiental que, dentre seus financiamentos, possui uma linha especial para investimentos sociais de empresas (ISE), cujo objetivo é elevar o grau de responsabilidade social empresarial.

O primeiro ponto a se destacar nessa análise é a legitimação que o Banco faz das instituições empresariais anteriormente citadas, o GIFE e o Instituto Ethos, que segundo o BNDES (2000:12 *apud* BNDES 2010), são as duas associações empresariais que se destacam no tema da cidadania empresarial no Brasil. O Banco destaca, de forma positiva, o fato de que ambas são inspiradas em organizações americanas similares, como o *Council of Foundations e o Business for Social Responsibility* (BSR). Para o BNDES, o Instituto Ethos é uma das principais organizações a auxiliar as empresas na formulação e implementação de medidas de RS.

Essa legitimidade conferida ao setor empresarial traz como consequência a adoção, sem críticas ou modificações, da própria definição de RS pelo setor estatal, que afirma que o objetivo mais amplo de uma organização quando realiza ações de responsabilidade social é

maximizar a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, respeitando os seguintes princípios: i) *accountability* (prestação de contas e responsabilidade); ii) transparência; iii) comportamento ético; iv) respeito pelos interesses dos *stakeholders*; v) respeito pelo estado de direito; vi) respeito pelas normas internacionais de comportamento; e vii) respeito pelos direitos humanos (BNDES, 2010:90).

Um outro ponto que merece destaque ao se analisar os documentos do BNDES sobre RS é o fato de existir uma linha de financiamento do Banco que prevê o apoio a investimentos sociais de empresas “que tenham como objetivo elevar o grau de responsabilidade social empresarial e que sejam voltados para a articulação e o fortalecimento de políticas públicas desenvolvidas nos diferentes níveis federativos” (BNDES, 2010:83).

Porém, cabe aqui um destaque para a definição do GIFE sobre investimento social privado como: “o *repasso voluntário de recursos privados* de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais *de interesse público, de forma a contribuir para a justiça e a transformação social*” (BNDES, 2010:95, grifos nossos).

Ora, se existe uma linha de financiamento público para as empresas atuarem em projetos sociais, ampliando assim o seu grau de responsabilidade social, não é verdade então que o investimento em RS é sempre de natureza privada. Existe uma política pública que destina recursos financeiros públicos para que sejam realizados investimentos que se passam por privados, mas que, na realidade, são públicos! E o mais grave, os objetivos dos investimentos são definidos pelas empresas, que os desenvolvem com base no voluntariado e beneficiam os grupos sociais por elas escolhidos, sem um aparente controle por parte do Estado sobre os recursos investidos.

Segundo pesquisa do IPEA (2001:101), a maioria das grandes empresas declara que “não leva em consideração os investimentos governamentais”, ou seja, não se posiciona como contraparte de um atendimento social integrado. Desse modo, “fazem suas opções de investimento em função da credibilidade e da qualidade dos projetos apoiados e não da possibilidade de interferir concretamente para o êxito das políticas públicas na área social”.

Destaca-se ainda que, ao pesquisar informações nos Relatórios do BNDES, disponíveis em seu sítio na Internet, não foi possível localizar informações sobre tais financiamentos. Não é possível consultar dados sobre quanto foi investido, nem quais empresas receberam esses recursos, muito menos se houve resultados.

O que se pretende com essa análise é demonstrar, ainda que de forma superficial, que Estado e mercado não estão em oposição, como apresenta o ideário neoliberal. De acordo com o que foi apresentado nos itens anteriores, existe uma relação íntima entre ambos e são essas relações as responsáveis pela manutenção e reprodução do sistema capitalista de produção. O Estado, ao destinar recursos públicos ao setor empresarial, possibilita a expansão do mercado e beneficia os grupos econômicos que já estão no poder.

O caso em questão é grave e emblemático, porque o Estado está disponibilizando recursos para que o setor econômico cumpra, em alguns casos, obrigações legais. Isso porque, entre os financiamentos do BNDES existe uma linha denominada de subcrédito social, voltada para empréstimos associados a projetos econômicos, cujo propósito é “maximizar as externalidades sociais positivas – *incluindo a correção e a mitigação de eventuais impactos negativos* – relacionadas aos empreendimentos financiados” (BNDES, 2010:85 grifos nossos). Ora, se existe uma

legislação ambiental⁶ que preconiza que a responsabilidade pela mitigação e compensação ambiental é exclusivamente do empreendedor, como um banco estatal poderia fazer empréstimos a empresas para que elas cumpram a sua obrigação legal? O que agrava ainda mais essa situação é o fato de que, entre as regras do BNDES para esses financiamentos, existe uma proibição explícita sobre empréstimos com finalidade de cumprir obrigações legais. Sendo assim, como saber ao certo *para quem e para quê* esses recursos são direcionados?

Ainda que tais empréstimos não estejam ocorrendo ou que estejam sendo direcionados a projetos onde não se constata impactos socioambientais de empreendimentos, as regras de financiamento elaboradas por um banco público, responsável pelo desenvolvimento econômico e socioambiental do país, deveriam priorizar projetos propostos por organizações sociais que sofrem os impactos socioambientais de grandes empreendimentos e não para empresas que os promovem e que, além disso, obtêm imensos lucros com seus empreendimentos, os quais, em grande parte, já são financiados pelo próprio BNDES⁷.

Tendo em vista as inúmeras estratégias desenvolvidas pelo Estado, voltadas ao fortalecimento e expansão do mercado, fica evidente a necessidade de uma ideologia que disfarce e dificulte a percepção de tais estratégias por parte dos demais grupos, agentes e classes sociais, ou que as naturalize diante da opinião pública, de forma a convencê-la de que esse caminho é o único possível. E a educação tem um papel fundamental nesse aspecto. Não é à toa que o próprio BNDES (2010:108) reconhece que os principais investimentos de RS estão voltados para cursos de capacitação e formação profissional.

É interessante perceber que o Estado, ao deslocar recursos públicos para o setor empresarial cumprir funções sociais, alivia os custos dos investimentos privados, garantindo a expansão do mercado em outras áreas, além de promover a disponibilização de recursos para serem aplicados em projetos sociais, capitalizando o terceiro setor, que é o maior executor de tais ações. Ao mesmo tempo em que essa verdadeira ciranda financeira ocorre, as ações de RS desenvolvidas pelas empresas produzem e reproduzem a sociabilidade da “Terceira Via”, naturalizando e legitimando o repasse das funções sociais do Estado para a sociedade civil.

6. EA e RS na escola: o exemplo de Teresópolis, RJ

Para exemplificar como a EA se relaciona com a questão da reprodução da sociabilidade da “Terceira Via”, será apresentado nesse item o resultado de uma pesquisa de mestrado realizada com escolas públicas do município de Teresópolis, no Rio de Janeiro. A pesquisa teve o objetivo de avaliar a contribuição dos projetos empresariais para as questões fundamentais indicadas pelo MEC no relatório “O que fazem as escolas que dizem que fazem EA?” (2006).

A pesquisa em Teresópolis abrangeu as treze escolas do segundo segmento da rede municipal e outras doze escolas do primeiro segmento, num total de 25 unidades

⁶ A legislação ambiental determina que os custos do licenciamento ambiental são de exclusiva responsabilidade do empreendedor, desde a elaboração dos estudos de impacto ambiental (EIAs), na fase de pré-licença, até à implementação dos projetos de mitigação, compensação, recuperação e monitoramento, que são medidas obrigatórias e condicionantes da Licença de Operação. As principais diretrizes para a execução do licenciamento ambiental estão expressas na Lei 6.938/81 e nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97. Além dessas, o Ministério do Meio Ambiente emitiu recentemente o Parecer nº 312, que discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a abrangência do impacto. Mais informações em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>

⁷ Dados disponíveis em:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Aplicacao_dos_Recursos_Financeiros

escolares, o que representa 33% da rede municipal. O questionário utilizado como ferramenta para coleta de dados nas escolas foi feito pelo Inep para a pesquisa do MEC, em 2006, e aproveitado na pesquisa em Teresópolis (2009-2010). O público respondente do questionário foi composto por diretores, orientadores pedagógicos e professores.

A pesquisa identificou uma maior participação das empresas (43,4%) do que das organizações sociais – nomeadas aqui como Organizações Não Governamentais - ONGs (26,6%). Este dado evidencia que as empresas presentes nas escolas com projetos de EA atuam diretamente, sem nenhuma ou com pouca mediação de ONGs. A maioria das escolas (94,7%), respondeu que os projetos de EA ocorrem através da integração entre duas ou mais disciplinas e a partir de questões socioambientais ligadas aos conteúdos disciplinares (91,4%). Isto demonstra que a inserção da EA nas escolas ocorre de forma intimamente ligada às disciplinas escolares. Outra importante característica identificada foi que quase metade das vinte e cinco escolas (43,5%) afirmou não integrar a EA aos seus projetos políticos pedagógicos (PPP). Nas escolas em que há parceria com as empresas este número é ainda menor (40%).

Do que foi possível apreender na pesquisa em Teresópolis, constatou-se que a interdisciplinaridade se materializa através de projetos, com participação cada vez mais comum de empresas na sua condução. O papel diminuto do PPP na inserção da EA nas escolas é evidenciado na análise sobre os projetos. Entre as escolas com parcerias junto a empresas, nenhuma delas afirmou ter os projetos de EA integrados ao PPP. Entre as escolas pesquisadas, 82,7% afirmaram que os projetos de EA são realizados por meio da resolução de problemas. No caso das escolas com projetos de EA em parceria com as empresas, este número é de 100%. Um indicador da forte presença dos projetos de EA das empresas nas escolas públicas.

A pesquisa identificou que os projetos sob o enfoque da solução de problemas são organizados em torno da escolha de temas geradores. A interferência das empresas na escolha dos problemas que os projetos trabalham incide diretamente na escolha do tema gerador trabalhado pela escola. A escolha dos temas geradores é feita por orientadores pedagógicos, diretores, alunos e professores, variando conforme o nível de democracia e participação na escola. Apesar disto, sendo os objetivos e a metodologia dos projetos formulados pelas empresas, a escolha dos temas geradores trabalhados pelas escolas fica subordinada a esta parceria. Assim, os principais temas tratados nos projetos de EA das escolas em Teresópolis, segundo a pesquisa, são aqueles propostos pelas empresas: água e reciclagem.

Nos exemplos estudados, os problemas a serem “resolvidos” e que orientam o enfoque dos projetos foram escolhidos segundo os interesses das empresas, sem a participação e consulta aos professores ou à equipe de direção, apesar da existência de graves problemas socioambientais na cidade, como os que se relacionam com as causas do desastre humanitário ocorrido em janeiro de 2011. Não se constatou, por exemplo, referências a projetos de EA relacionados a problemas rurais, o que causa estranheza em se tratando da maior região produtora de hortaliças do estado. Problemas relativos à intoxicação dos trabalhadores por agrotóxico, grave consequência do agronegócio que abastece os centros urbanos, ou a falta de habitação paralela ao crescimento da especulação imobiliária da cidade, não são tratados nos projetos de sustentabilidade dos empresários de Teresópolis. Ao invés disto, os projetos focam a conscientização e se baseiam em uma ação pedagógica não contraditória aos interesses empresariais. A EA neste tipo de proposta, ao contrário de servir à transformação, acaba por servir como instrumento do conformismo e de reprodução da sociabilidade da “Terceira Via”.

Considerações Finais

Com os exemplos, análises e argumentos produzidos ao longo do texto é possível afirmar que o projeto de sociabilidade da “Terceira Via”, ancorado no discurso da responsabilidade social, da cooperação entre classes e do diálogo idealizado, não expressa nenhum movimento significativo de ruptura com as relações sociais capitalistas e de construção de um novo padrão societário. Pelo contrário, reforça a ideologia liberal por meio do uso discursivo de que esta nova sociabilidade é o que há de possível e mais adequado no cenário contemporâneo.

Observamos nas práticas dos projetos de educação ambiental na escola, promovidos por empresas, a reprodução desse discurso, que encontra no âmbito de ações educativas despolitizadas, com forte apelo ético-moral descolado da materialidade das estruturas econômicas e político-institucionais, um fecundo meio de promoção de seu ideário e construção de hegemonia de sentido.

Referências bibliográficas

ABNT. ABNT NBR ISO 26000 – *Diretrizes sobre Responsabilidade Social*. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. “Responsabilidade social de empresas: uma análise do financiamento do BNDES a investimentos sociais de empresas na comunidade”. Rodrigo M. Leal & Roberto Oliveira das Neves In: *Revista do BNDES* 33, junho 2010. Rio de Janeiro. P: 84-122. BNDES-AS/GESET, 2010. Disponível em: www.bndes.gov.br.

FAIRCLOUGH, N. A dialética do discurso. *Revista Teias*, v. 11, n. 22, pp. 225-234, 2010. (Traduzido por Raquel Goulart Barreto)

_____. *Language and globalization*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2006.

_____. *Discurso e mudança social*. 1ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

_____. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

_____. *A Terceira e seus críticos*. Tradução de Rita Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. (ORG.). *O debate global sobre a Terceira Via*. Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Bondade ou interesse? Como e porque as empresas atuam no social*. In: PELIANO, A. M. M. (coord.). Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: www.ipea.gov.br/acaosocial. Acesso em: 08.05.11.

LEHER, Roberto. *Neoliberalismo se apropria da idéia de “inclusão” para privatizar a educação*. *Jornal dos Sem Terra*. Nº 308, NOV-DEZ, 2010. Disponível em <http://www.mst.org.br/jornal/308/realidadebrasileira>

LIMA, K. R. S. e MARTINS, A. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L.M.W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, pp. 43-68, 2005.

MARTINS, André S. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

_____. Todos pela Educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil Século XXI. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4799--Int.pdf> Acesso em 05 de junho.